

## ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E O CRÉDITO RURAL BRASILEIRO\*

Alexandre Florindo Alves\*\*  
Pery Francisco Assis Shikida\*\*\*  
José Luis Parré\*\*\*\*  
Marcelo Farid Pereira\*\*\*\*\*

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é fazer uma revisão de como a assimetria de informação afeta o mercado de crédito rural e sua possível influência na formulação de políticas nesta área. Como resultado, pode-se inferir que a informação imperfeita afeta tanto a oferta quanto a demanda por crédito. A oferta, porque o empréstador não pode conceder crédito a todo interessado porquanto poderia aumentar o risco de seu portfólio de empréstimos. Do lado da demanda, os tomadores não são bem informados sobre os termos dos contratos dos diferentes emprestadores; ademais, neste panorama convivem adimplentes e devedores contumazes. Com a tendência cada vez mais forte de redução ou saída do Estado do mercado de crédito, a literatura indica que o problema da informação assimétrica diminui. Independente disto, para se propor formulações alternativas, esta questão deve ser considerada tanto para garantir acesso dos “bons tomadores” quanto para evitar danos ao sistema de créditos provocados pelos “maus tomadores”. Logo, estratégias como a maior proximidade entre tomador e emprestador, definição de garantias e acompanhamento dos projetos financiados podem contribuir para minimizar os riscos de inadimplência no meio rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** crédito rural; assimetria de informações; desenvolvimento econômico.

### ASYMMETRY OF INFORMATION AND RURAL CREDIT OF BRAZIL

**ABSTRACT:** The objective this search is makes a review of manner that asymmetric of information affect the market of rural credit and its possible influence in formulation of politic in this area. As result can infer that the imperfect information affect as the supply as demand for credit. The supply because the loaner can't concede credit for all that could increase the risk of his loan. The side

\* Uma versão do presente estudo foi apresentada no XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2001.

\*\* Professor Adjunto do Departamento de Economia – UEM. Av. Colombo, 5790. Maringá, PR, 87020-900. florindo@uem.br

\*\*\* Professor Adjunto do Curso de Economia da UNIOESTE-Toledo. Rua da Faculdade, 2550. Toledo, PR, 85.900-970. pflashiki@unioeste.br

\*\*\*\* Professor Adjunto do Departamento de Economia – UEM. Av. Colombo, 5790. Maringá, PR, 87020-900. jlparre@uem.br

\*\*\*\*\* Professor Adjunto do Departamento de Economia – UEM. Av. Colombo, 5790. Maringá, PR, 87020-900. mfpereira@uem.br

of demand the interested isn't informed about the terms of contract of different loaner and in this panorama live together person that pay your contractual obligations and person that don't pay. With the tendency each more firm of reduction or exit of State of market of credit, the literature show that problem of asymmetric of information reduce. Independent this, to propose alternative formulation, this question must be considered as to guarantee access of "good payer" as avoid loss to systems of credit caused to "bad payer". Then, strategies as more approximate between person that loan and loaner, definition of guarantee and accompaniment of project financed and can contribute to minimize the risks to rural person get pay.

**KEY-WORDS:** rural credit; asymmetry of information; development economic.

## . Introdução

Dos fatores que afetam a agricultura, Nóbrega (1984), cita que ensino e pesquisa, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura, tributação adequada, mecanismos de estabilização da renda do produtor, seguro e crédito rural são instrumentos básicos que devem ser utilizados simultaneamente para viabilizar o desenvolvimento do setor. Quanto ao crédito, Santiago & Silva (1999), afirmam que o setor agropecuário enfrenta sérios problemas para seu autofinanciamento e continua dependente da política de crédito rural.

Esta dependência de crédito é associada às descontinuidades dos períodos de produção da agricultura, o que gera uma rotação mais lenta do capital do que em outras atividades econômicas. Esse quadro se agrava quando as necessidades de crédito tornam-se crescentes devido à busca de aumento da produtividade através da utilização de técnicas produtivas modernas. Nesse sentido, o crédito rural desempenha um importante papel na consolidação de uma agricultura moderna e integrada ao setor industrial.

O crédito, como toda operação financeira, seja ele rural ou não, envolve riscos, incertezas e custos. Não obstante, a proximidade entre emprestadores e tomadores, muitas vezes, não ocorre de maneira devida, e as informações quanto à possibilidade de quitação são poucas. Outrossim, o universo agrícola brasileiro é heterogêneo e diversificado e o segmento envolvido com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) não foge a esta realidade, de modo que, grupos de empresários agrícolas honestos e adimplentes são obrigados a conviver com grupos de empresários desonestos e devedores contumazes (Coelho, 1999).

Num momento em que a discussão a respeito do crédito rural ou fontes de financiamento da produção agrícola volta a estar em evidência, cumpre enfatizar um fator importante para nortear as decisões a respeito das políticas relativas: a informação assimétrica. A produção agrícola está associada, entre outros fatores, à disponibilidade de crédito para as operações de custeio e investimento. Tem-se, então, a constituição de um mercado de crédito que tem como característica o fato de emprestadores e tomadores diferirem quanto ao

conhecimento da capacidade de pagamento por parte dos últimos. Este é um caso típico de assimetria de informação e o objetivo deste estudo é fazer uma revisão de como a assimetria afeta o mercado de crédito e sua possível influência na formulação de políticas nesta área.

A informação imperfeita afeta tanto a oferta quanto a demanda por crédito. A oferta, porque o emprestador não pode conceder crédito a todo interessado pois isso poderia aumentar muito o risco de seu portfólio de empréstimos. O contrato oferecido depende crucialmente da avaliação do risco de inadimplência feita pelo emprestador, o que tem seu custo. Do lado da demanda, os tomadores não são bem informados sobre os termos dos contratos dos diferentes emprestadores (Alcem, 1993).

Neste ínterim, o que se percebe nos trabalhos relativos ao crédito rural é que não é comum encontrar referências à questão da informação assimétrica. Acredita-se que o presente estudo possa levantar questões que sirvam de subsídios para a formulação de políticas no que se refere ao crédito rural. Com este intuito, o trabalho estruturou-se de modo a expor inicialmente breves notas sobre o crédito rural no Brasil. A seção seguinte trata da informação assimétrica no crédito rural, enquanto as considerações finais sumarizam o trabalho.

### **. Notas Sobre o Crédito Rural no Brasil**

A cultura do crédito rural no Brasil remonta ao século XIX, contemplando basicamente o café e o açúcar. Na década de 30, com a maior intervenção do Estado na economia, foi criada a Carteira de Crédito Rural e Industrial do Banco do Brasil. Contudo, foi a partir da criação do SNCR, em 1965 e por meio da Lei 4.829 que a agropecuária brasileira passou a contar de fato com importantes fundos destinados ao financiamento deste setor. Os recursos provinham das exigibilidades bancárias sobre os depósitos a vista dos correntistas, de empréstimos externos e de recursos oriundos do orçamento fiscal da União (Belik, 1998).

Embora o crédito rural no Brasil – cuja utilização tinha como escopo promover maior equidade e crescimento à agricultura – tenha contribuído para gerar concentração de renda, este instrumento de política pública foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento da produção e modernização ocorrida no setor agrícola brasileiro (Barros & Miranda, 1998).<sup>1</sup>

O Gráfico 1 mostra como foi a evolução no País do crédito rural contratado, segundo sua finalidade, para o período de 1970 a 1996.

Bacha & Rocha (1998), “subdividem” a evolução do crédito rural de 1970 a 1996 em 4 períodos. Durante 1970-1979, com a predominância de crédito subsidiado (contando inclusive com taxas de juros reais negativas), houve grande

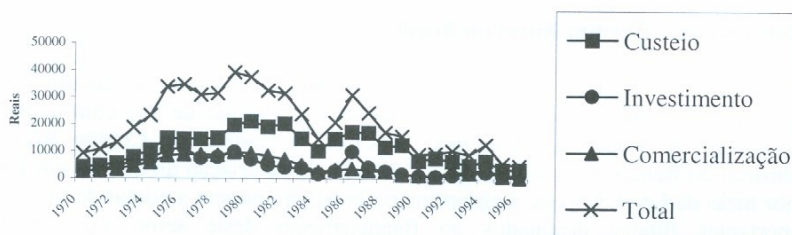
---

<sup>1</sup> Sobre a evolução do crédito rural, seus aspectos positivos, negativos e controvérsias quanto à sua eficácia, ver, dentre outros: Araújo & Almeida (1997), Araújo (1996), Sayad (1984).

expansão deste instrumento (vide Gráfico 1). De 1980 a 1984, o volume de crédito rural, de modo geral, teve uma redução significativa (o Estado dava claros sinais de forte crise fiscal). De 1985 a 1986 houve nova retomada do crescimento dos valores aplicados no SNCR. A partir de 1987 até 1996, num contexto de vários Planos Macroeconômicos, a tendência que se verificou foi de retração do volume de crédito rural, apesar da existência de breves movimentos expansionistas.

De acordo com a Araújo & Almeida (1997), os principais fatores que determinaram a exaustão do SNCR no Brasil foram: o esgotamento das fontes tradicionais de recursos; os sucessivos Planos Macroeconômicos; a busca de novas formas de financiamento; e o excessivo endividamento dos agricultores.

Para Coelho (1999), o crédito rural oficial encontra-se falido em seu formato administrativo ou em seus mecanismos operacionais. Não obstante, como fonte de recursos para o setor rural, a tendência é que ele ainda continue com certa importância para o financiamento agrícola no país; mas, para tanto, sua modernização se faz absolutamente necessária.



**Gráfico 1** – Crédito rural contratado segundo sua finalidade – 1970 a 1996 (valores em milhões de reais de agosto a 1994)

**Fonte:** extraído de Bacha & Rocha (1998)

De fato, o modelo tradicional de crédito rural baseado na excessiva participação do Estado e na cultura de subsídios esgotou-se ainda nos anos 80, sobretudo, diante da necessidade de maior controle dos gastos públicos dado mediante recrudescimento da crise fiscal do governo. Neste sentido, as principais tendências que emergem neste cenário são: o governo passa a estimular a participação da iniciativa privada na comercialização agrícola; florescem novas organizações de microcrédito, cooperativas de crédito e grupos de empréstimos; os bancos promovem mudanças em suas estratégias com vistas a reduzir o risco e o custo dos empréstimos agropecuários (Gasques *et al.*, 2001).

Estes pontos supracitados, riscos e custos, estão relacionados com a elevada inadimplência agrícola. Por exemplo, “em dezembro de 1988, o Banco do Brasil apresentava um volume de crédito em atraso e liquidação da ordem de

R\$3,3 bilhões, dos quais R\$3,1 bilhões eram oriundos de financiamentos rurais e agroindustriais” (Gasques et al., 2001, p.52). Dentre algumas medidas visando minimizar o risco do setor financeiro tem-se: melhor definição de limites mínimos de capital para constituição dos bancos; criação de um sistema central de risco de crédito; redução de 12,5 para 9 vezes o patrimônio líquido como limite máximo para os empréstimos; regulamentação dos sistemas de controles internos; obrigatoriedade de adoção de sistemas de classificação de risco dos clientes (Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional, de março de 2000), (Gasques et al., 2001).

A tabela 1, extraída de Barros (2000), apresenta a evolução dos recursos aplicados em crédito rural e suas respectivas fontes. Segundo o autor, parcela crescente do crédito que financia a agricultura nos últimos anos procede dos recursos livres (sem controle de taxas de juro) e de outras fontes, como o Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) e recursos provenientes do exterior. O autor conclui que há uma insuficiência de recursos para agricultura nas suas várias formas de utilização mas, sobretudo, para investimentos.

Diante da elevada inadimplência no setor rural, os bancos e outras instituições de empréstimos estão montando estratégias como forma de selecionar melhor os seus clientes, definir novos mecanismos de garantia e acompanhamento de projetos de concessão de empréstimos. Deste modo, o novo paradigma que surge na questão do financiamento rural é o da intermediação de recursos de forma mais eficiente, com um sistema de informações menos denso e direcionado para aproximar as reais necessidades e condições do tomador com a do prestador. Isto é, torna-se premente a maximização da informação nesse mercado, o que remete este trabalho para a questão informação assimétrica, assunto este da próxima parte deste estudo.

**Tabela 1:** Crédito agrícola e suas fontes (US\$ milhões), Brasil 1987/96\*

Ano	Tesouro	Exigibilidade	Poupança	R. Livres	Outros	Total
1987	11.872	10.935	7.181	...	1852	31.840
1988	5.639	7.706	8.403	...	719	22.467
1989	4.917	2.966	10.591	1.601	443	20.518
1990	3.132	3.209	2.346	2.332	703	11.722
1991	2.924	2.707	3.906	1.248	1.309	12.095
1992	3.080	2.509	6.104	906	807	13.407
1993	3.070	1.271	4.976	1.351	845	11.514
1994	4.302	1.841	5.540	2.528	1.662	15.874
1995	1.422	949	2.640	1.176	2.102	8.252
1996	220	1.065	576	509	6.490	8.860

\* Valores reais de 07/97

Fonte: Banco Central e Banco do Brasil

## . Informação Assimétrica no Crédito Rural<sup>2</sup>

A informação assimétrica é um aspecto interessante dos mercados de crédito<sup>3</sup> e tem sido pouco considerada, ao menos nos trabalhos relativos ao Brasil. A característica básica é que as partes envolvidas têm informações diferentes (assimétricas) sobre o produto/serviço negociado. No mercado de crédito, a informação assimétrica está associada principalmente a dois problemas: seleção adversa e risco moral. A seleção adversa ocorre porque os tomadores conhecem melhor sua capacidade de saldar a dívida *vis-à-vis* ao prestador. No entanto, esta capacidade de pagamento difere entre os tomadores. Se as instituições cobram a mesma taxa de juros de todos os prestadores, há uma atração àqueles de “baixa qualidade”, ou seja, aos projetos de mais alto risco e conseqüentemente maior probabilidade de inadimplência. Isto pressiona a uma elevação nas taxas de juros, o que atrai, cada vez mais, tomadores de baixa qualidade e assim por diante. O limite deste processo seria a própria inviabilização do mercado.

Para Araújo (1996), a seleção adversa leva a um comportamento racionador de crédito por parte do prestador, desde que não exista regulamentação para obrigatoriedade de concessão de empréstimo. Isto pode até mesmo ser visto como uma possível explicação para a ausência de trabalhos sobre informação assimétrica, no Brasil, uma vez que o crédito formal sempre foi fortemente regulamentado desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Já o risco moral está associado a atitudes que podem ser tomadas após as partes terem firmado o contrato de cessão de crédito. Se a taxa de juros está positivamente relacionada ao risco do projeto, após o empréstimo, o tomador pode tomar atitudes na execução que aumentem o risco do projeto e, isto pode ser levado a cabo, pois estas ações não são completamente observáveis pelo prestador. Um exemplo é dado por Dias<sup>4</sup>, citado por Santiago & Silva (1999), ao afirmar que, com inflação elevada e flutuante, seria impossível encontrar um indexador que fosse satisfatório para credor e tomador, levando inevitavelmente à deterioração das relações contratuais.

De acordo com Hoff & Stiglitz (1993), muitas agências governamentais falharam em suas políticas de crédito, pois estas eram baseadas num entendimento inadequado do funcionamento dos mercados de crédito rural, apesar destas políticas terem sido o centro das intervenções nos países em desenvolvimento nos últimos quarenta anos. Para estes autores, existe claramente um mercado dual nestes países; usar mercado de crédito formal com instituições que fazem intermediação entre depositantes ou o governo e os prestadores,

<sup>2</sup> Baseado principalmente em Hoff & Stiglitz (1993).

<sup>3</sup> E também em outros mercados, como, por exemplo, o de seguros agrícolas. Ver: Smith & Goodwin (1996), Coble *et al.* (1996) e Smith & Baquet (1996).

<sup>4</sup> DIAS, G.L.S. O crédito rural em um contexto de estabilização macroeconômica. In. SEMINÁRIO NACIONAL: as difíceis opções do financiamento rural. **Anais...** Belo Horizonte, 1992, 7p.

cobrando taxas de juros relativamente baixas (geralmente subsidiadas pelos governos), por outro lado, mercados informais de crédito fornecido por indivíduos a altas taxas de juros.

Segundo Araújo e Almeida<sup>5</sup>, citados por Araújo *et al.* (2000), os financiamentos realizados fora do sistema financeiro e do controle do governo são considerados operações informais ou, em alguns casos, semiformais. As principais operações informais que ocorrem na agricultura são: a) empréstimos em dinheiro obtidos de particulares ou de firmas ligadas à atividade agropecuária; b) operações de escambo do tipo insumo/produto ou serviço/produto entre fornecedores de insumos/serviços e produtores e entre cooperativas/firmas e produtores; c) compras e/ou vendas antecipadas da produção, realizadas entre produtores e comerciantes ou empresas agroindustriais; d) poupança e empréstimo realizados em grupos/associações informais de agricultores.

O paradigma da informação imperfeita é usado por Hoff & Stiglitz (1993), entre outras coisas, devido à inadequação das abordagens de monopólio e mercados perfeitos sobre os mercados de crédito. Essas abordagens não conseguem explicar porque os mercados formais e informais coexistem, porque as taxas de juros não equilibram a oferta e a demanda por crédito, porque os mercados de crédito são segmentados, o porquê do pequeno número de emprestadores e das interligações com outros mercados no mercado informal de crédito.

A atividade de empréstimo envolve um conjunto de características relativas à probabilidade de quitação, a qual os emprestadores tentam maximizar. A abordagem da assimetria de informação permite tratar de três problemas dos mercados financeiros rurais: a) os custos de avaliação da probabilidade de inadimplência dos tomadores (*screening problem*); b) o monitoramento das atividades dos tomadores para aumentar a probabilidade de quitação (*incentive problem*); e, c) a execução da quitação (*enforcement problem*) (Hoff & Stiglitz, 1993).

Os mecanismos para superar estes problemas podem ser diretos ou indiretos (Hoff & Stiglitz, 1993). Os mecanismos diretos são aqueles relativos a cláusulas contratuais que induzem os tomadores a aumentarem a probabilidade de quitação ou selecionam os mesmos. Os mecanismos indiretos envolvem custos de seleção e execução e a limitação do grupo de tomadores. Um exemplo de aplicação deste mecanismo pode ser encontrada em Araújo (1996). Este autor trabalhou com a informação assimétrica, enfatizando a questão da inadimplência em empréstimos bancários a cooperativas agropecuárias, tentando encontrar uma explicação para este fenômeno de modo a propiciar sua minimização.

Happi & Teda<sup>6</sup>, citados por Gasques *et al.* (2001), ao pesquisarem grupos de empréstimos e cooperativas de crédito alternativas, chegaram a

<sup>5</sup> ARAÚJO, P.F.C.; ALMEIDA, A. Financiamento rural nos mercados informais. Seminário as difíceis opções do financiamento rural, Belo Horizonte, Anais, Faemg/CNA. 1992.

<sup>6</sup> HAPPI, M.; TEDA, G. The role of groups and credit cooperatives in rural lending. *The World Bank Research Observer*, v.5, n.2, July 1990, p.187-204.

conclusão de que estes tipos de financiamento envolvem alguma forma de responsabilidade coletiva, o que reduz o risco de *default* (“quebradeira”), conquanto todos os membros sejam responsáveis pelos custos do prejuízo de outro membro qualquer.

Há indícios de que os problemas de informação assimétrica sejam menores nos mercados informais. Estes mercados de crédito geralmente são caracterizados por uma maior proximidade entre emprestadores e tomadores de financiamento. Com isso, as diferenças no conhecimento a respeito da possibilidade de quitação são menores, além do que, essa proximidade, reduz o risco moral. Isto pode ser verificado através de Christen<sup>7</sup>, citado por Almeida (1994), segundo o qual os agentes informais não têm grandes preocupações em controlar a finalidade de seus empréstimos e têm, a seu favor, “*o fato de, geralmente, conviverem no mesmo ambiente comercial ou social que os tomadores, o que lhes facilita a obtenção de informações*” (Almeida, 1994, p.20).

Isso não resolve completamente os problemas do custo do crédito para o tomador. De acordo com Aleem (1993), as pesquisas sobre crédito nos países em desenvolvimento, geralmente, mostram que as taxas de juros cobradas por emprestadores não institucionais (*moneylenders*)<sup>8</sup>, comerciantes, proprietários de terras) são maiores que as cobradas pelos institucionais, como os bancos. O autor apresenta uma explicação para este fato, segundo a qual, a informação assimétrica implica custos de obtenção de informações a respeito dos tomadores de crédito, custos repassados a estes últimos via taxas de juros (embora seja raro encontrar evidências destes custos e dos efeitos da informação assimétrica sobre os participantes do mercado de crédito).

Um dos mecanismos diretos no contexto de financiamento, a taxa de juros do empréstimo, depende do risco associado ao projeto para o qual o empréstimo será concedido. Projetos com maior risco, maiores probabilidades de altos e baixos retornos brutos, estarão associados a maiores taxas de juros. Em outras palavras, quanto maior a taxa de juros, maior o risco e maior a incidência de inadimplência no portfólio do emprestador (Hoff & Stiglitz, 1993). Assim, o emprestador tem estímulo para manter uma taxa de juros moderada o bastante para obter uma composição favorável de projetos-risco e racionar fundos através de outras formas de aplicação. Isto explica porque a demanda pode exceder a oferta de crédito, sem provocar tendência de crescimento da taxa de juros.

Uma das formas de contornar os problemas de assimetria de informação é o uso da garantia adicional (*collateral*) sobre os empréstimos, geralmente, sob a forma de terras. Esta é uma explicação dada por Hoff & Stiglitz (1993), para o fato de que tomadores com renda acima da média (que tem correlação com o valor da terra) tenham tido maior acesso ao crédito formal.

<sup>7</sup> CHRISTEN, R.P. Formal credit for informal borrowers: lessons from informal lenders. In: **Seminar on Informal Financial Markets in Development**. Washington, D.C.: OSU/USAID/The World Bank, 1989. 11p. (Paper 14)

<sup>8</sup> Correspondente a agiota (Almeida, 1994).



Também ajuda a explicar o pequeno uso de crédito rural, devido ao acesso restrito, principalmente por parte dos agricultores de pequeno porte e baixa renda, relatado por Almeida (1994), embora este autor não estivesse trabalhando especificamente com assimetria de informação.

Esta questão de concentração de crédito é discutida por vários autores. Rego & Wright<sup>9</sup>, citados por Santiago & Silva (1999), constataram, no período 1960-80, no Brasil, elevado grau de concentração de crédito concedido a grandes estabelecimentos, culturas intensivas em capital, com maior peso na Balança Comercial e nas regiões mais desenvolvidas, citando como razões a preferência dos bancos por alocar a proprietários que oferecessem menor risco e representassem menor custo operacional. De acordo com Datey (1978), via de regra, emprestar para a agricultura é mais caro que emprestar para o comércio e indústria e, para pequenos produtores, mais caro que para grandes. Pinto<sup>10</sup>, citado por Santiago & Silva (1999), aponta como beneficiários do crédito subsidiado os grandes proprietários, a indústria de insumos, máquinas e tratores e o comércio. Há até mesmo um exemplo curioso, relatado por Ashraf & Safai<sup>11</sup>, citados por Karshenas (1990), que afirmam que, no Irã, mesmo os créditos subsidiados distribuídos via cooperativas rurais foram utilizados pelos fazendeiros ricos que dominavam seus comitês gerenciais.

Vasconcellos (1979), afirma que o fato de emprestar a grandes proprietários está associado à tentativa dos bancos em reduzir custos e riscos, pois aqueles podem ser, inclusive, persuadidos a manterem saldos compensatórios; tal fato também está associado à ineficiência no cadastro rural. O problema que surge com este tipo de mecanismo é, justamente, o relativo ao acesso. Pederson & Khitarishvili (1997), afirmam que o alto requerimento de garantias por parte dos bancos acaba restringindo o crédito. Por outro lado, a baixa lucratividade da atividade agrícola reduz o valor dos ativos, também contribuindo para a restrição tanto da demanda quanto da oferta de crédito, sendo que isso ainda tem alta relevância para muitos casos no Brasil.

As organizações de microfinanciamento que estão se multiplicando em 45 países vêm alcançando resultados excelentes em termos de atendimento e redução de riscos. As técnicas utilizadas vão desde os empréstimos de pequenas quantias, repetição de empréstimos para os clientes adimplentes, taxas de juros positivas e elevadas, grupo de um monitor como substituto de garantia convencional (mas, aceitam bens e ativos com alto valor de uso como colaterais), e o *loan officer* mantém um contato estreito com seus clientes, de modo a maximizar

<sup>9</sup> REGO, A.J.C.; WRIGHT, C.L. Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil. **Revista de Economia Rural**, v. 19, n. 2, p.217-38, abr./jun., 1981

<sup>10</sup> PINTO, L.C.G. Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. **Revista de Economia Rural**, v. 19, n. esp., p.65-83, 1981

<sup>11</sup> ASHRAF, A.; SAFAI, H. **The role of rural organizations in rural development: the case of Iran**. Tehran: Plan and Budget Organization, 1977.

o sistema de informações entre o lado da oferta e demanda por empréstimo (Gasques *et al.*, 2001).

Segundo Barros & Araújo (1991), a partir do início da década de 80 houve alteração na política de crédito rural no sentido da redução do montante de recursos disponibilizados e dos subsídios implícitos na taxa de juros. Isto gerou necessidade de criação de fontes alternativas de financiamento, inclusive recursos próprios. Parece haver indícios de que, no Brasil, a informação assimétrica não teve importância, pois o montante de recursos privados ou informais<sup>12</sup> de crédito tem sido relativamente pequeno. Almeida (1994), relata que o financiamento informal representou, em média 29%, dos créditos obtidos pelos produtores de uma amostra de 279 produtores rurais de dez regiões do Brasil. Aleem (1993), relata que, contrariamente, ao caso do Brasil, o crédito formal no Paquistão correspondia a uma pequena parcela (25%) do total. Apesar disso, Meyer *et al.* (1977), argumentam que o sistema de crédito informal poderia desempenhar um importante papel no Brasil, pois sua posição foi inferiorizada pela abundância de crédito formal muito barato. Estes autores destacam, no entanto, que a participação do setor informal no Brasil foi pequena, segundo a maioria dos poucos estudos por eles encontrados sobre este tipo de crédito.

Além disso, na década de 80, quando as taxas reais de juros dos empréstimos formais passaram a ser positivas (com o fim do subsídio), o problema da inadimplência se tornou ainda mais preocupante. Esta eliminação dos subsídios teve efeitos tanto na oferta de crédito (quando os bancos passaram a ter maior preocupação com o problema da informação assimétrica) quanto na demanda, uma vez que passou a haver procura por mecanismos alternativos de crédito que minimizassem o problema de informação assimétrica (ver Araújo, 1996).

Para Sayad (1984), apesar do SNCR ter sido um programa de baixa eficácia e que distribuiu subsídios de forma injusta, o financiamento da agricultura não pode ser resolvido pela elevação dos juros do crédito rural e do aumento da participação dos bancos privados. Veja que, neste trecho, o autor não trata da informação assimétrica, quer seja pelo problema da seleção adversa decorrente da elevação dos juros, quer seja pelos juros mais altos cobrados pelas instituições privadas, como destacam Hoff & Stiglitz (1993), desde que não sujeitas às mesmas regulamentações dos bancos públicos.

### . Considerações Finais

Este trabalho reforça a atenção para dois fatores: a questão da importância da assimetria de informação no mercado de crédito rural e a relativamente pequena consideração deste problema nas análises encontradas. Com

---

<sup>12</sup> “(...) os mercados financeiros rurais informais têm como agentes de crédito comerciantes de insumos, produtos e serviços, agroindústrias, cooperativas, associações de produtores e moneylenders, dentre outros. Empréstimos realizados por esses intermediários estão fora do controle governamental, sendo negociados livremente entre as partes e, muitas vezes, baseados unicamente em acordos verbais” (Almeida, 1994, p.3).

a tendência cada vez mais forte de redução ou saída do setor governamental do mercado de crédito, a literatura indica que poderá diminuir o problema da informação assimétrica. Mesmo assim, ao analisar ou propor formulações alternativas, esta questão deve ser considerada tanto para garantir acesso dos “bons tomadores” quanto para evitar danos ao sistema de crédito provocado intencionalmente ou não pelos “maus tomadores”.

Pode tornar-se interessante, em pouco tempo, analisar a própria evolução com a preocupação sobre questões de informação assimétrica após a redução do volume e do subsídio no crédito rural. Com o fim da Conta de Movimento, por exemplo, o próprio Banco do Brasil passou a ter que ser mais cuidadoso na destinação de seu crédito, preocupação refletida na tese de Araújo (1996).

A necessidade de novas fontes de recursos pode ser explicada pelo esgotamento das fontes tradicionais, busca de fontes não inflacionárias e pelo excessivo endividamento dos agricultores (Araújo & Almeida, 1997). No entanto, cabe lembrar que estas novas fontes de crédito precisam considerar as diferenças regionais da agricultura. Fatores econômicos, sociais e culturais fazem com que o tipo de alternativa de crédito seja adequado às regiões, que vão, portanto, apresentar diferenças na intensidade dos problemas de informação assimétrica. Heterogeneidade ainda é um aspecto marcante da agricultura brasileira.

### . Referências Bibliográficas

ALEEM, I. Imperfect information, screening, and the costs of informal lending: a study of a rural credit market in Pakistan. In: HOFF, K.; BRAVERMAN, A.; STIGLITZ, J.E. (Ed.) **The economics of rural organization: theory, practice, and policy**. Oxford: World Bank/Oxford University Press, Chapter 7, 1993.

ALMEIDA, A. Mercados informais como fonte alternativa de liquidez para os agricultores. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 1994.

ARAÚJO, P.F.C.; ALMEIDA, A. Financiamento da agricultura: evolução e perspectivas. **Preços Agrícolas**, ano 11, n. 126, Abril 1997.

ARAÚJO, P.F.C.; BARROS, A.L.M.; ALMEIDA, A. **Turbulência e indefinição no financiamento da agricultura**. In: MONTOYA, M.A.; PARRÉ, J.L. (org) **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: EDUPF, 2000.

ARAÚJO, U. Assimetria de informação no crédito rural: aspectos teóricos e um modelo para classificação do risco dos créditos concedidos a cooperativas agropecuárias. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 1996.

BACHA, C. J. C.; ROCHA, M. T. O comportamento da agropecuária brasileira, no período de 1987 a 1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.36, n. 1, 1998.

BARROS, G.S.C.; ARAÚJO, P.F.C. **Oferta e demanda de crédito rural no Brasil: algumas evidências empíricas sobre seus determinantes**. Piracicaba: CEPEA/FEALQ, 1991. (Relatório de resultados nº 9).

BARROS, J. R. M.; MIRANDA, E. F. **Agricultura e estabilização no Brasil: coletânea de artigos**. Brasília: EMBRAPA-SPI - Ministério da Fazenda, 1998.

- BELIK, W. Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.36, n. 1, 1998.
- COBLE, K.H.; KNIGHT, T.O.; POPE, R.D.; WILLIAMS, J.R. Modeling farm-level crop insurance demand with panel data. **AJAE**, v. 78, n.2, May 1996
- COELHO, C. N. A política agrícola e o endividamento do setor rural. **Revista de Política Agrícola**, n. VII, Out-Nov-Dez, 1999.
- DATEY, C.D. **The financial const of agricultural credit: a case study of Indian experience**. Washington, D.C.: World Bank, 1978. (World Bank Staff Working Paper, n. 296)
- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; RODRIGUES, R. I. **Agroanalysis**, v.21, n. 1, Jan. 2001.
- HOFF, K.; STIGLITZ, J.E. Imperfect information and rural credit markets: puzzles and policy perspectives. In: HOFF, K.; BRAVERMAN, A.;STIGLITZ, J.E. (Ed.) **The economics of rural organization: theory, practice, and policy**. Oxford: World Bank/Oxford University Press, 1993. Chapter 2.
- KARSHENAS, M. Oil income, industrialisation bias, and the agricultural squeeze hypothesis: new evidence on the experience of Iran. **The Journal of Peasant Studies**, v.17, n.2, Jan. 1990
- MEYER, R.L.; ADAMS, D.W.; RASK, N.; ARAÚJO, P.F.C. Mercados de crédito rural e os pequenos agricultores do Brasil. In: ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. (Coord.) **Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica**. São Paulo: Pioneira, 1975.(Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Economia)
- NÓBREGA, M. A necessidade de criação de fontes não inflacionárias, permanentes e definitivas para financiar a agricultura brasileira. In: Anais do Seminário Nacional "As Difíceis Opções de Financiamento Rural". Belo Horizonte, MG, 1992.
- PEDERSON, G.; KHITARISHVILI, T. **Challenges of agricultural and rural finance in CEE, NIS and Baltic Countries**. St. Paul: Center ofr International Food and Agricultural Policy, 1997. (Working Paper WP97-5)
- SANTIAGO, M.M.D.; SILVA, V. A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. **Agricultura em São Paulo**, v. 46, n. 2, 1999.
- SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma**. São Paulo: Pioneira/FIPE, 1984.
- SMITH, V.H.; BAQUET, A.E. The demand for multiple peril crop insurance: evidende from Montana wheat farms. **AJAE**, v. 78, n.1, February 1996
- SMITH, V.H.; GOODWIN, B.K. Crop insurance, moral hazard, and agricultural chemical use. **AJAE**, v. 78, n.2, May 1996
- VASCONCELLOS, M.A.S. **A influência de restrições de crédito na organização da produção agrícola**. Brasília: CFP, 1979. (Coleção Análise e Pesquisa, 13).

Data de Recebimento: 20/12/2002.

Data de Aceite: 30/03/2003.

*Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR*, Toledo, v.4, n.1, jan./jun., 2003